

## MARCAS DE DIALOGISMO E POLIFONIA NOS MANIFESTOS POLÍTICOS DAS PRESIDENCIAIS DE 2011

ALEXANDRA GUEDES PINTO

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centro de Linguística da  
Universidade do Porto, CLUP)<sup>1</sup>

*ABSTRACT: Focusing discourse as a crystallization of its context, this study makes a comparative analysis of the electoral manifestos of the two major candidates competing for the portuguese presidential elections of 2011: Cavaco Silva and Manuel Alegre, with the aim of identifying the different discursive strategies used and relating them to the ethos and pathos specific to each candidate and each political project involved.*

*Assuming dialogism as a constitutive feature of any discourse and as a mechanism of exercising influence in political discourse, we will highlight certain markers/moments of dialogism in the texts. The phenomenon of polyphony will also be analyzed in the instance of polyphonic negation. The constant presence of the 'discourse of the other' in political discourse is an intradiscursive mechanism to build the image of the candidate, while serving to destroy the image of the competing candidates.*

*KEYWORDS: Discourse Analysis, modality, polyphony, dialogism, polyphonic negation, enunciative heterogeneity.*

Partindo da assunção basilar em Análise do Discurso de que esta é uma área dispersa, onde confluem vários tipos de estudos sobre o discurso, mas convergente no sentido em que todos eles entendem este estudo como o estudo do uso real da linguagem, por locutores reais em situações reais (Van Dijk, 1992:14), propomo-nos, neste trabalho, analisar os manifestos eleitorais dos dois principais candidatos às eleições presidenciais portuguesas de janeiro de 2011: Cavaco Silva e Manuel Alegre.

---

<sup>1</sup> Esta publicação teve o apoio do Centro de Linguística da Universidade do Porto, unidade financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, PEst-OE/LIN/UI0022/2011.

Partindo também da conceção de que a Análise do Discurso estuda o dispositivo de enunciação que liga uma determinada organização textual a um contexto social determinado (Maingueneau, 1991:13), ou seja, procura, no enunciado, as marcas da sua enunciação, pretendemos verificar em que medida as estratégias linguísticas utilizadas em cada um dos manifestos escolhidos indiciam determinadas circunstâncias contextuais influentes na organização textual.

Assumindo, ainda, o princípio de que o discurso possui uma organização transfrástica, sendo, pois, uma unidade complexa que apenas se deixa explicar por regras de organização textual e contextual, relativas ao tipo de discurso onde se integra e a outros planos da situação de comunicação que o condicionam, procuraremos verificar em que medida o género textual em que estes discursos se inscrevem se manifesta na superfície dos textos, uma vez que a integração do discurso numa prática discursiva predeterminada que o condiciona é um dos aspetos da integração do texto no seu contexto.

Para além destes pressupostos de base, acrescentaremos, ainda, que, sendo todo o discurso subjetivo e orientado, logo, argumentativo, ele transporta necessariamente uma visão do seu locutor e é construído para agir sobre o alocutário, sendo uma forma de ação sobre o contexto. As estratégias discursivas que selecionámos para análise são simultaneamente marcas de um *ethos* e de um projeto de *pathos* específicos de cada candidato e de cada programa eleitoral envolvido que nos interessa também relevar.

Destacaremos, por fim, o discurso como uma instância interativa – mesmo os discursos escritos e monológicos são constitutivamente interativos, na medida em que existe sempre um “diálogo”, explícito ou implícito com outros locutores virtuais ou reais –, tentando verificar em que medida a presença do Outro / dos Outros, a quem o enunciador se dirige e por referência a quem constrói o seu discurso, se encontra marcada nos discursos em análise.

Assim, antes de mais, porque discurso é texto em contexto, convém recordar alguns aspetos da situação de enunciação que enquadrou estes discursos. Um desses aspetos é que, embora o nosso estudo se foque nos manifestos de dois dos candidatos concorrentes às eleições presidenciais portuguesas de 2011, na verdade, estas não opuseram dois, mas, sim, cinco candidatos de vários quadrantes políticos. Não obstante este facto, Cavaco Silva e Manuel Alegre, foram, de entre todos os candidatos, os que efetivamente disputaram o acesso ao cargo: Cavaco Silva, o presidente cessante a concorrer para a reeleição, com um mandato de cinco anos no curriculum; Manuel Alegre um candidato recorrente, a concorrer pela segunda vez numas eleições presidenciais, que já tinha perdido em 2006 contra, precisamente, Cavaco Silva.

Relevante é também dizer que estas eleições ocorreram num contexto de crise económica e de alguma apatia política. A pressão dos mercados sobre a dívida pública portuguesa conduziu à aprovação dos chamados

“packs” de medidas de austeridade pelo governo socialista que trouxeram duras reformas para a população portuguesa, tendo acabado por conduzir à queda do governo em junho de 2011.

Neste contexto de depressão económica e social, estava claro para os portugueses que os resultados das eleições presidenciais seriam relativamente irrelevantes para o futuro do país que estava a ser decidido em paragens mais distantes: os *ratings* dos mercados financeiros e as imposições da União Europeia sobre a nossa política económica nacional.

Esta descrença da população na importância dos atores políticos em cena marcou profundamente o tom destas eleições que se pautou por ser cinzento e previsível. A abstenção atingiu valores muito elevados, revelando este divórcio entre as pessoas e os políticos.

Para além de todo este contexto negativo, a História recente da democracia em Portugal tornava previsível que o Presidente em recandidatura, neste caso Cavaco Silva, seria reeleito para mais cinco anos, visto que esta mesma situação tinha acontecido antes, no caso de Jorge Sampaio, aquando da sua candidatura para um segundo mandato.

Outra das questões relevantes neste enquadramento é a grande diferença que separa os dois candidatos em termos de identidade pessoal e pública. Este aspeto é relevante na medida em que os dois discursos vão ser um espelho destas diferenças identitárias: um mais apaixonado e com uma dimensão de *ethos* e *pathos* mais forte, com marcas de modalização e argumentatividade mais vincadas; o outro mais sério, mais formal, com menos envolvimento pessoal e menor grau de interpelação direta da audiência.

Do conhecimento que possuímos destas duas figuras do nosso panorama político, percebemos que o primeiro perfil descrito corresponde a Manuel Alegre (MA) e o segundo a Cavaco Silva (CS).

Um outro aspeto muito relevante na caracterização destes dois discursos é, como dissemos acima, a sua inclusão no género respetivo. Para defender porque apresentamos estes dois textos como exemplos prototípicos do seu tipo – *discurso político eleitoral*: subtipo *manifesto eleitoral* – temos de enquadrar minimamente este tipo de discurso, propondo uma definição base do mesmo. Um manifesto eleitoral é um documento onde um candidato ou um partido estabelecem a sua direção estratégica e delineiam as suas propostas de ação e de legislação futura, no caso de conquistarem votos suficientes para chegarem ao poder. É, normalmente um texto de natureza dissertativa e persuasiva, uma declaração pública de princípios e intenções, que se destina a mobilizar uma comunidade na adesão a um projeto político. Possui uma estrutura relativamente livre, mas com alguns elementos indispensáveis: compreende sempre um título, a identificação, por topicalização, dos princípios defendidos, a explicitação dos argumentos que fundamentam o ponto de vista do(s) autor(es), a identificação do local, da data, e a(s) assinatura(s) dos autor(es).

Um elemento central e tradicional dos manifestos políticos são as chamadas “promessas eleitorais” que os candidatos ou partidos fazem ao público a fim de conquistarem a sua adesão. Estes elementos têm sido sempre, historicamente falando, uma parte central dos processos eleitorais, permanecendo como tal hoje em dia, muito embora também sejam igualmente conhecidos por serem quebrados no momento em que o político ascende ao poder. As propostas e as promessas que foram alvo de destaque no manifesto de um partido ou de um candidato têm legitimidade superior à de outras medidas legislativas, uma vez que é com base nas mesmas que a população decide o seu voto. Porque os manifestos políticos integram muitas vezes listas de ações /posições que o político ou o partido apoiam, eles assumem, desta forma, frequentemente o formato de uma lista de argumentos contra e a favor de determinados tópicos controversos. Estes programas são elementos essenciais numa campanha eleitoral, funcionando como uma espécie de vínculo que liga o candidato ao seu eleitorado.

Embora assumindo diferentes estruturas e dimensões, os manifestos políticos eleitorais têm um propósito pragmático estável: visam transmitir as posições do locutor e apelar à adesão do destinatário. Em termos linguísticos, a superfície destes discursos deverá, por isso, conter fortes marcas de modalização e subjetividade, traços relacionados com a presença do autor no seu texto e também fortes marcas de argumentatividade, que suportam a presença da controvérsia e da persuasão.

Começando por uma breve radiografia dos dois manifestos políticos selecionados, verificamos que o Manifesto de Manuel Alegre (MMA) é consideravelmente menor do que o Manifesto de Cavaco Silva (MCS): o MMA é composto por 11 páginas e 4.575 palavras; o MCS é composto por 15 páginas e 7.155 palavras.

Estruturalmente falando, ambos os documentos<sup>2</sup> começam com um título, uma fotografia do candidato e a respetiva assinatura. Os dois textos encontram-se, depois, divididos em segmentos bastante longos encabeçados por títulos que resumem a informação e argumentos eleitorais dos dois programas políticos.

Um quadro comparativo destes títulos mostra-nos que as diferenças entre os dois manifestos se começam a sentir ab initio. O MMA, apesar de mais curto, é dividido em mais macroestruturas; o MCS, mais longo, está segmentado em menos macroestruturas.

---

<sup>2</sup> Extraídos dos sites de campanha respetivos: [www.manuelalegre.com](http://www.manuelalegre.com); [www.cavacosilva.pt](http://www.cavacosilva.pt)

Quadro 1 – Comparação títulos e subtítulos no MMA e MCS

	MCS	MMA
<b>Título do Manifesto</b>	Acredito nos Portugueses. Cavaco Silva. Presidenciais 2011	Contrato Presidencial – Uma nova esperança para Portugal
<b>Subtítulos</b>	I Acreditar nos Portugueses II Moderador de conflitos, garante de equilíbrios III A pedagogia dos bons exemplos IV O papel do Estado V Economia e Sociedade VI Portugal no Mundo VII Portugal como desígnio	1. Um novo fôlego para a República Portuguesa 2. Um novo fôlego para a construção europeia 3. O que cabe ao Presidente dizer 4. O que está em causa nesta eleição 5. Como encaro o papel do Presidente 6. A mudança na Europa pode começar aqui 7. Uma Pátria de todos e para todos 8. O meu compromisso pelo Estado Social 9. Outra economia, outra estratégia, outro paradigma 10. Defender o território e a cultura 11. Desafio aos jovens 12. Uma nova esperança para Portugal

Verificamos, por exemplo, que os formatos sintáticos escolhidos pelos candidatos para os seus subtítulos são bastante diferentes: frases nominais mais elípticas e amodais em MCS; frases completas, mais extensas e com mais marcas de modalidade em MMA. Encontramos, por exemplo, marcas de subjetividade explícita (“Como encaro o meu compromisso”) em MMA, bem como a procura de paralelismos sintáticos, recurso que o autor explora recorrentemente ao longo do seu discurso e a que MCS quase nunca recorre. Salientamos também a insistência no adjetivo “novo” em quatro dos subtítulos em análise, bem como a progressão espiralar denunciada pelo facto de o texto iniciar e terminar com o mesmo título “Uma nova esperança para Portugal”, que revela uma preocupação constante deste candidato não só com o conteúdo, mas também com a forma do seu discurso. Um aspeto que particularizaremos adiante é também o uso da palavra “contrato” em vez de manifesto.

Em termos de linhas de força argumentativa, que estes títulos anunciam, podemos dizer que os candidatos estão relativamente de acordo quanto aos tópicos que interessa abordar na campanha. Os títulos escolhidos, embora de formato sintático diferente, mostram este mesmo acordo: as potencialidades de Portugal e dos Portugueses; o papel do presidente da República na governação; o papel do Estado; a relação de Portugal com a Europa e com o mundo; a relação da economia com a sociedade. No entanto, se os candidatos concordam relativamente aos temas que devem ser debatidos na campanha, já não concordam no que toca à substância de cada um dos tópicos abordados, sendo que o desacordo relativamente a questões centrais, como, por

exemplo, o próprio papel do Presidente da República na governação do país, é público. Esta controvérsia pública faz com que haja momentos em que no interior destes discursos eleitorais, que são, por natureza, monológicos, se torne quase visível o diálogo implícito que os candidatos mantêm um com o outro, na contraposição de ideias. Vejamos, apenas para ilustrar esta questão, os seguintes excertos dos manifestos, justamente no que diz respeito às funções do Presidente da República:

(1) *Os portugueses esperam que o Presidente fale com clareza nos momentos difíceis. Que não se esconda por detrás de formalismos, ambiguidades e silêncios geradores de equívocos. A clareza e a frontalidade são um fator de estabilidade para a democracia. (MMA<sup>3</sup>)*

(2) *Declarações impensadas, feitas na praça pública, retiram credibilidade àquele que tem de ser um moderador de conflitos, além de poderem criar sentimentos de insegurança ou alimentar tensões numa altura em que devemos unir esforços. A voz do Presidente tem de ser uma voz serena e informada (....) (MCS, p 4)*

(3) *Os atuais poderes que a Constituição confere ao Presidente são adequados e suficientes. Não deve inventar mais nem restringir os que tem.(...) Mas também não deve confinar-se a uma leitura redutora e formalista da Constituição. (MMA)*

(4) *(...) não é admissível que, no contexto de uma democracia consolidada como a nossa, um Presidente da República proceda a uma interpretação emotiva, passional e desrazoável do lugar que lhe compete no seio do sistema de governo português. (MCS, p 4)*

(5) *A grande arma de um Presidente é a palavra. As palavras ajudam a mudar a vida, ajudam a criar confiança e esperança. (MMA)*

(6) *As funções de Presidente da República são muito exigentes. (...) Reclamam também que o Presidente da República não ceda à tentação fácil do protagonismo mediático e seja especialmente cuidadoso e rigoroso no uso da palavra. (MCS, p 4)*

Como se pode verificar pela amostra, o confronto dos eixos semânticos que percorrem estes discursos e os põem a dialogar, é um filão de análise produtivo. Sendo, todavia, os manifestos políticos documentos extensos, apenas nos será possível focalizar alguns destes momentos de dialogismo com o objetivo de mostrar que a presença constante do ‘discurso do outro’ no discurso político é um mecanismo de construção intradiscursiva da imagem do locutor/candidato, ao mesmo tempo que serve a destruição da imagem dos candidatos concorrentes.

---

<sup>3</sup> Não nos é possível localizar cada referência na página, uma vez que o documento se encontra em formato html.

Antes de prosseguirmos com o nosso objetivo, devemos, no entanto, contextualizar, ainda que brevemente, os conceitos de dialogismo e polifonia sobre os quais fundamos a nossa análise.

O conceito de polifonia foi inicialmente formulado por Bakhtine (1977), no contexto dos textos narrativos, que se caracterizam por incluírem várias vozes, igualmente independentes, não subsumíveis à voz do narrador.

Posteriormente, Ducrot (1988) recupera o conceito, dando-lhe um enquadramento diferente, ao tratar das representações de várias vozes no interior do enunciado. Para Ducrot, o próprio sentido é polifônico, na medida em que, contrariamente à ideia tradicional da unicidade do sujeito falante, ou seja, à ideia de que no enunciado se expressa uma só pessoa, a teoria polifônica da enunciação afirma que no mesmo enunciado estão presentes vários sujeitos, com estatutos linguísticos diferentes e se confrontam várias vozes, não necessariamente em concordância. Assim, Ducrot distingue o sujeito empírico – o autor ou produtor do enunciado; o locutor – o responsável pelo enunciado que pode estar manifesto ou não; e o enunciador ou enunciadores – os pontos de vista presentes no enunciado. Estes enunciadores não são pessoas ou agentes mas "pontos de perspectiva" abstratos, espécie de vozes, de onde resulta o termo "polifonia", face aos quais o locutor pode ter posições que vão desde a identificação à rejeição. Segundo Ducrot (*idem*), sendo várias as perspectivas presentes no enunciado, todas têm de ser consideradas na sua interpretação. Assim, dar conta do sentido de um enunciado, consistiria em fazer aparecer a enunciação como o confronto de várias vozes que se sobrepõem ou se respondem umas às outras, considerando não só o locutor e a sua posição relativamente aos pontos de vista ou vozes postos em confronto na enunciação, mas também estes mesmos pontos de vista postos em cena pelo locutor.

Muitas vezes o conceito de polifonia é, ainda, identificado com as diversas formas de discurso relatado ou representado ocorrentes no discurso. Com o modelo de organização do discurso desenvolvido por Roulet (*Roulet et al.*, 2001) na Escola de Genève, a organização polifônica ocupa um lugar central, afastando-se do conceito de polifonia de Ducrot. Nesta escola, o conceito de polifonia vê, por um lado, o seu domínio de aplicação estender-se a unidades mais amplas, ao contrário do que acontecia com Ducrot, que aplicou sempre a polifonia a pequenos segmentos isolados de discurso; mas assiste, por outro lado, a uma restrição do seu domínio conceptual ao tratamento das diversas formas de discurso representado. Na escola de Genève, existe polifonia somente se existirem mais do que um locutor (real ou representado), independentemente dos "enunciadores" ou "pontos de vista" presentes num enunciado. (*Maingueneau et al.*, 2002: 447-448)

Na nossa análise, demonstraremos como as negações polifônicas são, por exemplo, formas de "contraposição entre vozes – entre a voz do Locutor e a voz de Outros, que ele põe em cena" (Fonseca, 1998:13), marcando um caráter de polemicidade e, logo, de argumentatividade no discurso. Encon-

tramos muitas destas formas de negação tanto em MMA como em MCS. Veremos ainda como, em ambos os textos, o uso dos pronomes pessoais se encontra frequentemente a apoiar a invocação de outras vozes trazidas para a cena para alimentar o confronto.

Em termos teóricos, a distinção entre polifonia e dialogismo nem sempre é clara. Recorreremos também a esta noção de dialogismo, aceitando que ela integra um domínio teórico mais vasto do que o conceito de polifonia, na medida em que se assume, na teoria discursiva atual, como um princípio constitutivo de qualquer discurso. Tal como postula Maingueneau (2002: 42), os enunciados estariam repletos das palavras dos outros, que seriam absorvidas, elaboradas, reestruturadas. Isto significa postular um diálogo constante entre os discursos de uma sociedade, compreendido não como uma forma específica de interação verbal, mas como a interação constitutiva de toda e qualquer produção verbal.

Como nos é possível verificar pela revisão de alguns dos marcadores enunciativos de MMA e MCS, Enunciador e Enunciatário estão ambos fortemente inscritos na superfície destes discursos políticos eleitorais, sob diferentes modalidades. Esta inscrição conduz os textos a exibir marcas expressas de dialogismo, que tornam a sua configuração enunciativa fortemente distintiva face a outros tipos de discurso.

O tipo de relação que *Enunciador e Enunciatário* estabelecem no texto pode significar diferentes modalidades de persuasão, por isso uma das avaliações a que devemos proceder é justamente relativa ao material deíctico que identifica os interactantes da comunicação.

### **O EU:**

Podemos começar por dizer que o MMA possui mais marcas explícitas de subjetividade e de modalidade subjetiva do que o MCS. Um indício claro destas marcas resulta da contagem de pronomes pessoais de primeira pessoa e das formas verbais de primeira pessoa nos dois manifestos.

Antes de procedermos, todavia, a esta contagem devemos constatar que um primeiro indício de subjetividade – já não da subjetividade estrita definida por Benveniste como a inscrição do sujeito na língua, ou seja a “gramaticalização” desta presença do sujeito falante no sistema linguístico – mas de uma subjetividade mais alargada, no sentido de Jakobson, se encontra presente na definição tipológica que MA dá ao seu discurso, uma vez que, em vez de “manifesto presidencial” opta por o designar de “contrato presidencial”.

O facto de MA ter alterado a classificação normal / tipológica do seu documento de "Manifesto" para "Contrato" é uma mudança relevante, que é de alguma forma demonstrativa do que dissemos acima sobre a sua identidade e o facto de ele ser menos submisso a convenções do que CS. MA inovou na própria classificação do seu manifesto político, mostrando que não pretendia que o seu discurso fosse recebido apenas como uma mera apresentação das suas estratégias e intenções, mas também como um contrato legal-

mente vinculativo entre ele e seu público. Ilocutoriamente, o seu discurso sai, assim, reforçado, ativando um complexo acional mais forte do ponto de vista diretivo.

Esta é, assim, uma das primeiras marcas de subjetividade que MA deixa no seu discurso.

Passando à análise da gramaticalização da subjetividade, vejamos o quadro abaixo, que resume as ocorrências das formas de 1ªS<sup>4</sup> em ambos os discursos:

Quadro 2 – Ocorrência de pronomes pessoais e formas verbais de 1ªS em MMA e MCS

	MCS	MMA
Pronomes pessoais 1ªS (nominativos, dativos e acusativos)	15	25
Ocorrências de <i>EU</i>	1	7
Formas verbais de 1ªS	50	53

Os pronomes pessoais são marcas primordiais da inscrição do sujeito na língua, funcionam como operadores linguísticos que têm por função referenciar o discurso em relação ao sujeito da enunciação e às suas coordenadas espaço-temporais. O que verificamos de diferente entre estes dois manifestos é que MA não só enuncia muito mais vezes *EU* – 7 vezes contra 1 vez de CS – como utiliza mais formas verbais de 1ªS. De forma a contextualizarmos o uso deste indício, passemos em revista as 7 vezes em que Manuel Alegre efetivamente enuncia *EU*:

- (7) *Àqueles que desejam um novo cesarismo ou um novo homem providencial, eu digo: podem estar certos de que estamos aqui para lutar pela vitória. (MMA)*
- (8) *Aos profissionais do desânimo e da descrença, que acham que Portugal devia ser governado pela Chanceler Merkel ou pelo FMI, eu digo: Portugal vale sempre a pena, e nós estamos aqui por Portugal.” (MMA)*
- (9) *Há quem fale na necessidade de acabar com a utopia. Mas eu digo e desafio: se acabar com a precariedade é uma utopia, então vamos realizar essa utopia.” (MMA)*
- (10) *Os portugueses sabem o que sou e o que penso. (...) Mas não sou só eu que me candidato. Somos todos nós, os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade; todos nós, os que queremos uma democracia melhor; (MMA)*

<sup>4</sup> Usaremos as abreviações 1ªS; 1ªP, 2ªS; 2ªP e 3ªS; 3ªP para identificar os pronomes ou formas verbais de primeira, segunda ou terceira pessoa, singular ou plural.

- (11) *Está em causa o nosso futuro coletivo. Está em causa a forma e o conteúdo da nossa democracia. E eu estou aqui, com todos vós, para lutar e para vencer.* (MMA)
- (12) *Por isso digo aos jovens: se eu for eleito Presidente, serei o vosso companheiro de viagem, estarei convosco para que mude o paradigma. Uma pátria que não garante à sua juventude um lugar ao sol é uma pátria ameaçada.* (MMA)
- (13) *O meu compromisso é claro (...) se algum governo ou Parlamento, no futuro, pretender acabar com o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social Pública, eu estarei contra e exercerei, sem hesitações, o meu direito de veto.* (MMA)

O que se torna interessante em todas as ocorrências em que MA enuncia *EU* é que o faz em contextos de polifonia discordante, ou seja, enuncia *EU* para ativar um eixo de contraposições semânticas em que *Eu* se opõe aos *Outros*, num esquema que poderíamos registar da seguinte forma:

Quadro 3 – Eixo de contraposições semânticas

<p><b>Eu / Nós (inclusivo) / Você – O "Eixo do bem" VS Ele / Eles / Os outros – O "Eixo do Mal"</b></p>
---

É sobre esta dicotomia que toda a construção dos argumentos é estruturada no MMA. Podemos verificar que nas três primeiras ocorrências acima em que MA enuncia *EU*, fá-lo num contexto de polifonia discordante em que convoca a voz do *Outro* para a refutar, para dela se afastar e para, através dela, desqualificar a *Voz* e a Imagem do *Outro* e, por consequência, credibilizar e valorizar a sua *Voz / Imagem*.

De salientar também que estes momentos de polifonia discordante marcada no texto de MA, que confluem com os momentos de afirmação explícita da modalidade subjetiva – sob a forma da presença explícita do *EU* –, também coincidem com os momentos em que ele explora vivamente o processo retórico-coesivo do paralelismo estrutural, como forma sintática de valorização dos argumentos.

No exemplo (10), a enunciação do *EU* também surge enquadrada num momento de polifonia discordante, por via do emprego do *MAS PA*: “Mas não sou só eu que me candidato”. No entanto, neste contexto, a polifonia discordante é esbatida em virtude do uso deste conector contrastivo, que, embora contraste, também aproxima os argumentos contrastados. O *Mas PA* (Ducrot, 1988) é um *Mas* contra-argumentativo e concessivo que se usa na sequência de uma primeira fase de acordo, de concessão consubstanciada no segmento *a* do enunciado a que se segue uma contra-argumentação, consubstanciada no segmento *b*..

Poderíamos reconstituir o esquema dialógico implícito nesta estrutura contrastiva-argumentativa onde o *Mas PA* surge – um microdiálogo marcado por uma etapa de concordância momentânea, que abre um segundo momento de discordância ou contra-argumentação – da seguinte forma:

Enunciador1 (Locutor + Voz dos Portugueses) – “*Os portugueses sabem o que sou e o que penso. Sabem que sempre preservei a minha independência e a minha liberdade de consciência. Sabem também que sou um homem livre e frontal, de causas e combates. Sabem, por isso, que me pauta-rei sempre pelo interesse nacional, pelo respeito da Constituição e pela ética republicana.*” (MMA)

Neste primeiro momento o locutor empresta a sua voz à voz aos Portugueses que exprimem o seu ponto de vista através dele.

Enunciador 2 (Locutor) *Aceito, reconheço, é verdadeiro este ponto de vista (concessão), mas acrescento que também é verdade que “Não sou só eu que me candidato. Somos todos nós, os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade (este é o argumento mais forte que prevalece para uma dada conclusão) – “esta é uma hora de unir, de somar e de mobilizar.” Logo, é a hora de votar em mim porque votar em mim é igual votar em todos nós.* (MMA)

Tanto neste contexto como no contexto (11), a oposição faz-se, não como aconteceu em (7), (8) e (9) entre *EU* e os *OUTROS* mas entre *EU* e *NÓS / VOCÊS*. *EU / NÓS / VOCÊS*, instâncias do “Eixo do bem” que *MA* contrasta para aproximar, até se dar a fusão construída através do *NÓS inclusivo* usado muitas vezes ao longo do discurso, de que falaremos adiante.

Os excertos selecionados como amostra são paradigmáticos do estilo impresso por *MA* ao seu discurso. Em termos comparativos, mais retórico, diríamos, sem com isso pretender esvaziar o sentido do conceito de retórico, mas sim aproximá-lo da noção de um discurso pragmaticamente mais trabalhado para o fim que persegue e o género em que se integra.

Em contrapartida, a única vez em que *CS* enuncia *EU* é no corpo do texto, num momento em que está a replicar o título do seu manifesto “Acredito nos Portugueses” “Eu Acredito” (MCS, p. 6, col. 2, linha 22).

- (14) (...) *existem boas e muitas razões para acreditar nos Portugueses. Eu acredito. Esta minha convicção, muito profunda, radica naquilo que está a ser feito, por esse país fora.* (MCS, p. 6)

No entanto, a ocorrência deste deíctico de primeira pessoa não surge em contexto polifónico, tais como os que vimos acima no MMA, em que a afirmação do *EU* está fortemente vinculada à polemicidade e à controvérsia.

Retomando a distinção introduzida por Ducrot (1973: 123-124) relativamente à negação descritiva e à negação polémica: “*Nous distinguons deux sortes de négations. Une négation ‘polémique’ qui correspond à un acte de parole de négation, et qui se présente donc comme réfutation de l’énoncé positif correspondant (...). Et d’autre part une négation ‘descriptive’, qui est*

l'affirmation d'un contenu négatif, sans référence à une affirmation antithétique.» verificamos que a dramatização de vozes também é conseguida através das negações polifónicas, muito proeminentes nos dois discursos.

Vejamos alguns casos no MCS:

- (15) *Simplesmente, não temo o julgamento dos meus concidadãos. (MCS, p 3)*
- (16) *Nos tempos que correm, o que está em causa não é apenas garantir a vida no presente. O que está em causa é o futuro dos nossos filhos, o futuro dos nossos netos. (MCS, p 3)*
- (17) *Um desafio deste alcance não pode deixar indiferentes os Portugueses. (MCS, p 4)*
- (18) *Não é com meras palavras nem com radicalismos, criticando tudo e todos, que ultrapassaremos a crise em que o país está mergulhado. (MCS, p 3)*
- (19) *O presidente da República não é uma figura decorativa nem meramente simbólica. (MCS, p 6)*
- (20) *Este é um domínio em que, à semelhança de muitos outros, não bastam proclamações eloquentes nem a retórica dos afetos. Há que passar das palavras aos atos. (MCS, p 7)*
- (21) *Daí que, ao contrário do que muitos pretendem fazer crer, o debate não deva situar-se na questão Estado vs mercado. (MCS, p 8)*
- (22) *O debate em torno do Serviço nacional de Saúde não deve ser marcado por preconceitos ideológicos, de um lado ou de outro. (MCS, p 8)*
- (23) *Esta não é a hora de nos fecharmos sobre nós próprios e de enfraquecermos a representação externa de Portugal. (MCS, p 14)*

E alguns exemplos no MMA:

- (24) *Não é esse o caminho. (MMA)*
- (25) *A resposta à crise não é só económica, é e tem de ser política. (MMA)*
- (26) *Não está escrito em lado nenhum que a superação do drama e da tragédia europeia não possa iniciar-se com vozes vindas da periferia. (MMA)*
- (27) *Não serei um Presidente de facção. Não me candidato para governar, para fazer ou desfazer governos. (MMA, p x)*
- (28) *Não serei neutro contra o clientelismo. (MMA)*
- (29) *Não serei neutro na defesa dos direitos sociais. (MMA)*
- (30) *O Presidente da República não pode fechar os olhos ao desordenamento territorial. (MMA)*

Poderíamos reconstituir em cada uma destas negações polémicas o diálogo virtual que opõe as duas vozes em discordância. A polifonia ativada nestas construções representa a contraposição entre a voz do candidato e a voz do seu oponente que ele põe em cena para desmascarar e destruir. O exemplo do MCS identificado acima como (21) torna explícito este diálogo que ocorre implicitamente em todos os casos listados:

- (21) *Daí que, ao contrário do que muitos pretendem fazer crer, o debate não deva situar-se na questão Estado vs mercado. (MCS, p. 8)*

Neste caso, CS dá voz explícita ao contradiscurso do enunciador que traz para a cena para rebater através da sua negação polémica:

Enunciador 1 (Voz do candidato oponente): *Eu digo: o debate deve situar-se na questão Estado vs mercado.*

Enunciador 2 (Locutor CS): *Eu refuto: ao contrário do que muitos pretendem fazer crer, o debate **não** deve situar-se na questão Estado vs mercado.*

Também a distinção proposta por Ducrot (1995:145) entre “*modificateurs réalisants et déréalisants*”<sup>5</sup> pode ser aplicada a muitas das proposições acima, dizendo respeito a modificadores de várias classes gramaticais (advérbios, adjetivos) que podem acompanhar o predicado verbal ou nominal e que produzem o efeito de mudar a força argumentativa desse predicado. Os modificadores “*réalisants*” aumentam a força argumentativa do predicado, os modificadores “*déréalisants*” diminuem a força argumentativa do predicado.<sup>6</sup>

Nos enunciados acima, verificamos que elementos como *simplesmente, em lado nenhum*, cumprem a função de modificadores “*réalisants*” que reforçam o valor argumentativo do predicado que modificam; ao passo que modificadores adjetivais e adverbiais como *meras, meramente, apenas ou só*, funcionam como modificadores “*déréalisants*”, que atenuam a força argumentativa do predicado a que se associam.

De ressaltar também aqui o esquema paralelístico em que Manuel Alegre enquadra o seu discurso e que é, como já salientámos, um traço estrutural e retórico-pragmático do mesmo.

### O TU:

Como se torna claro, também na configuração discursiva do *TU* existem diferenças assinaláveis entre os dois textos. Em MA, como veremos mais à frente num quadro comparativo, existem marcas explícitas da 2ª pessoa linguística tanto através de pronomes pessoais nominativos, dativos e acusativos como de pronomes possessivos. Em CS não encontramos uma única dessas formas pronominais. Em MA encontramos formas verbais de conjuntivo com valor de imperativo, formas verbais na terceira pessoa do plural com valor de segunda pessoa, instâncias linguísticas completamente ausentes do discurso de CS. MA também utiliza outras formas pronominais de designação do *TU* – *Todos aqueles*, normalmente acompanhado por um complemento relativo que especifica, restringe o universo dos sujeitos a quem ele se

<sup>5</sup> Cf. a noção de “*modificateurs réalisants et déréalisants*”, que determinam um predicado, modulando o seu valor argumentativo: atenuando-o, reforçando-o, invertendo-o (Ducrot, 1995).

<sup>6</sup> Veja-se a análise aplicada que propõe Tseronis (2011:5) destes marcadores a discursos de controvérsia no domínio do discurso científico: “For instances, in the following two sentences, “difficult” is a realising modifier for the noun “problem”, while “easy” is a de-realising one for the same noun:

There is a problem, and it is even difficult [RM].  
There is a problem, but it is easy [DM].”

dirige, sujeitos que partilham uma série de qualidades positivas – são efetivamente qualidades eufóricas vs as “qualidades” disfóricas dos *Outros* que estão fora deste universo do *EU + TU*: “alguns” “aqueles”, “há quem”... Também as expressões lexicais usadas para identificar o *TU* são muito mais numerosas e específicas em MA que segmenta uma série de *TUS* na classe genérica dos seus destinatários.

Quadro 4 – o *TU* nos MMA e MCS

MMA	MCS
<p><b>Os que não se resignam</b>  A <b>todos aqueles</b> a quem dirijo esta mensagem  <b>Aqueles que</b> desejam um novo cesarismo (...)  <b>Os portugueses</b>  <b>Todos vós</b>  <b>Os nossos compatriotas</b>  <b>Os muitos milhares de jovens qualificados,</b>  <b>Às novas gerações:</b> A nossa aposta é o <b>vosso</b> futuro, o <b>vosso</b> emprego, o <b>vosso</b> primeiro emprego, a <b>vossa</b> realização, o <b>vosso</b> bem-estar. E por isso <b>vos</b> digo: <b>assumam</b> o <b>vosso</b> destino, <b>ousem</b> romper e propor, <b>ousem</b> combater pelos <b>vossos</b> direitos e pelo <b>vosso</b> lugar no <b>vosso</b> e nosso país.  Por isso digo <b>aos jovens:</b> se eu for eleito Presidente, serei o <b>vosso</b> companheiro de viagem, estarei <b>convosco</b> para que mude o paradigma.  <b>todos nós, os que acreditamos nos valores da liberdade,</b> da justiça social e da solidariedade; <b>todos nós, os que queremos uma democracia melhor;</b> <b>todos nós, os que dentro de partidos ou fora deles queremos uma nova esperança para Portugal.</b>  Dirijo-me às <b>mulheres, aos homens e aos jovens do meu país, aos independentes e membros dos movimentos cívicos</b> que estão na génese da minha candidatura, dirijo-me <b>aos meus camaradas do Partido Socialista,</b> dirijo-me <b>aos companheiros do Bloco de Esquerda e da Renovação Comunista,</b> dirijo-me <b>a todos os que se reclamam da Doutrina Social da Igreja e a todos os portugueses e portuguesas que estão descontentes</b> e querem dar a volta à política para construir uma sociedade mais justa e mais humanista: esta é uma hora de unir, de somar e de mobilizar.</p>	<p><b>Os nossos concidadãos</b>  <b>Os meus concidadãos</b>  <b>Os Portugueses</b>  <b>O povo português</b>  <b>Os eleitores</b></p>

O seu discurso é mais dialógico, agora no sentido em que interpela diretamente o *TU*, incorporando-o, e a sua imagem, de forma mais clara – os jovens, as mulheres, os camaradas de partido... – do que CS, que cultiva um discurso mais impessoal. A presença explícita do *TU* neste discurso é, assim, central, confirmando a vocação persuasiva do mesmo.

Todavia o *TU* é, ainda, trazido para dentro do discurso por meio de um procedimento linguístico ainda não referido: o caso no *NÓS inclusivo*.

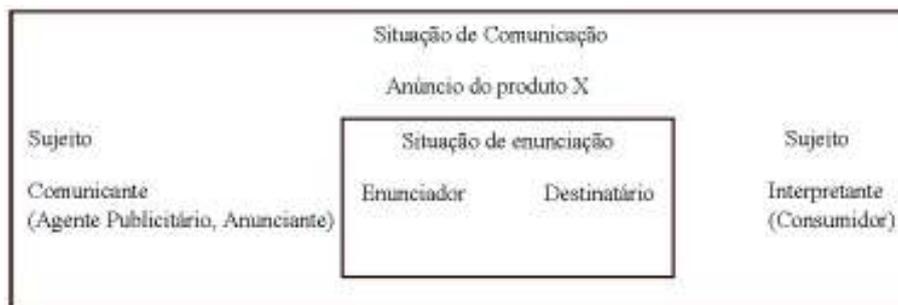
Uma das ocorrências discursivas que coloca em evidência o fenómeno da heterogeneidade enunciativa dá-se quando não existe correspondência entre os actantes de um nível 1 – nível a que Charaudeau (1983) dá o nome de “circuito externo” ou “situação de comunicação” – e os actantes de um nível 2 – a que Charaudeau (ibidem) dá o nome de “circuito interno” ou “situação de enunciação”.<sup>7</sup>

Esta não-correspondência entre actantes do discurso que se verifica em variadíssimas situações, está presente sempre que os destinatários da mensagem são transformados em coenunciadores da mesma. Neste caso, apelidado de *NÓS inclusivo*, o *NÓS* engloba não só o enunciador da mensagem, mas também o próprio destinatário da mesma, num movimento argumentativo de envolvimento intradiscursivo do destinatário. No caso do *NÓS inclusivo*, o destinatário é levado, pela pressão intradiscursiva, a acumular as funções de destinatário e de enunciador, solidarizando-se com o discurso.

Patrick Dahlet (1985) descreve estes usos como estratégias de simulação de interação enunciativa, no intuito de fazer crer que o discurso resulta não de uma ação intencional do locutor sobre o alocutário, mas de uma ação conjunta: “discours coopté par les énonciateurs” (*idem*: 346).

Em resultado desta configuração comunicativa complexa, Charaudeau propõe (1995: 102) um quadro em que estas instâncias, que configuram uma heterogeneidade enunciativa marcada, surgem situadas visualmente:

Quadro 5 – Situação de comunicação e situação de enunciação



<sup>7</sup> Charaudeau apresenta, no seu estudo de 1983 algumas propostas de análise do texto publicitário que visam caracterizar a pluralidade enunciativa e pragmática deste tipo de discurso. A distinção entre os *circuitos discursivo* e *económico* permite, segundo o autor, pôr em evidência a complexa rede interacional que se tece entre os vários participantes no processo publicitário. Assim, fala de um *circuito externo* ou *económico* que é, para efeitos de análise, exterior ao discurso e, de um *circuito discursivo* ou *enunciativo*, com óbvias relações de condicionamento mútuas, mas sem uma relação de transparência recíproca absoluta (*idem*: 118-121):

Embora o discurso em análise não seja de natureza publicitária, mas, sim, de natureza propagandística, ambos partilham a vocação argumentativa e persuasiva que lhes confere muitos marcadores em comum. No caso da marcação da polifonia e da heterogeneidade enunciativa pelo *NÓS inclusivo*, o desdobramento de vozes torna-se claro e explicável pelos mesmos métodos em ambos os discursos.

Em todos as ocorrências de emprego explícito do *NÓS* nos manifestos em estudo, estamos perante casos de *NÓS inclusivo*. Não podemos rever todos os exemplos de emprego da 1ªP, uma vez que eles ascendem a mais de uma centena, mas passaremos em revista aqueles em que os locutores efetivamente enunciam *NÓS*, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 6 – o *NÓS* nos MMA e MCS

	MCS	MMA
Pronomes Pessoais 1P	7	7
Nominativos	1	5
Pronomes possessivos 1P	42	44
Formas Verbais 1P	52	63
Pronomes pessoais 2P	0	5
Pronomes possessivos 2P	0	10

- (31) *Esta não é a hora de nos fecharmos sobre nós próprios e de enfraquecermos a representação externa de Portugal. (MCS p 14)*
- (32) *Esta geração não tem a segurança que nós tínhamos em relação ao nosso próprio futuro individual. Não podemos dizer-lhes que não vão chegar onde chegaram os pais. (MMA)*
- (33) *Aos profissionais do desânimo e da descrença, que acham que Portugal devia ser governado pela Chanceler Merkel ou pelo FMI, eu digo: Portugal vale sempre a pena, e nós estamos aqui por Portugal. (MMA)*
- (34) *Mas não sou só eu que me candidato. Somos todos nós, os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade; todos nós, os que queremos uma democracia melhor; todos nós, os que dentro de partidos ou fora deles queremos uma nova esperança para Portugal. (MMA).*

Como verificamos em todos os casos, o *NÓS* é sempre um *NÓS inclusivo*. Poderemos apenas distinguir uma certa graduabilidade na inclusão, visto que há certos contextos em que o *NÓS* inclui todos os destinatários sem diferenciação e outros contextos em que o *NÓS* particulariza apenas um segmento do conjunto dos destinatários. No caso de (32), por exemplo, o *NÓS* enun-

ciado é um *NÓS inclusivo*, mas que particulariza um segmento do grupo de destinatários que é transformado em coenunciador: todos aqueles que não integram “esta geração”.

No caso do enunciado (34), vemos também um *NÓS inclusivo*, mas apenas para “os que acreditamos nos valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade; (...), os que queremos uma democracia melhor; (...), os que dentro de partidos ou fora deles queremos uma nova esperança para Portugal.” (MMA), verificando-se, assim, a restrição do escopo da inclusão através da frase relativa aposta ao *NÓS*.

Não obstante esta graduabilidade na inclusão nas formas da 1ªP, na totalidade dos exemplos atestados, o *NÓS* integra na mesma figura discursiva o *EU* e o *TU* do discurso, transformando-se numa estratégia persuasiva de dialogismo, de integração da voz dos destinatários no interior do discurso do locutor, forçando aqueles a solidarizarem-se com este. Torna-se, assim, por esta via, um mecanismo central do exercício de influência constitutivo do discurso político.

Seguramente que não existe discurso amodal e que a construção *ética* e *pathémica* do discurso é incontornável, na medida em que é impossível construir um objeto de discurso sem construir em simultâneo uma atitude emocional face a esse objeto. Não obstante este facto, nos manifestos analisados verificámos diferentes graus de intensidade nesta construção, comprovando uma diferença assinalável entre os dois candidatos e sujeitos discursivos. As estratégias linguísticas puseram em evidência que MA constrói um discurso mais marcado pelo seu *ethos* e mais empenhado na obtenção de um efeito *pathémico* junto do interlocutor do que CS.

Denominador comum a ambos os discursos é o facto de ambos se assumirem como argumentativos e estruturados pela intenção ilocutória de persuadir: explicar, legitimar e convencer, fazendo a audiência aderir ao ponto de vista defendido. Este programa, levado a cabo através de estratégias diferenciadas nos dois candidatos estudados, inclui a eliminação do discurso concorrente e a sublimação do discurso do *EU*, que garante a conquista do território sóciodiscursivo.

Foram estes aspetos que, através de uma abordagem enquadrada pela Análise linguística do Discurso, julgámos ter ajudado a desconstruir nos manifestos eleitorais dos dois principais candidatos presidenciais de 2011.

### Referências bibliográficas

Bakhtine, M. (1977). *Le Marxisme et la Philosophie du Langage – essai d’application de la méthode sociologique en Linguistique*. Paris: Éditions de Minuit.

Charaudeau, Patrick (1983). *Language et Discours*. Paris: Hachette.

- Charaudeau, Patrick (1995). Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, 117. Paris: Larousse, pp. 96-111.
- Dahlet, Patrick (1985). Un langage efficace: l'illocution indirecte – contribution à une représentation pragmatique du discours publicitaire. *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas*, 2ª Série, Vol. I. Porto.
- Ducrot, Oswald (1973). *La preuve et le dire – Language et Logique*. Paris: Mame.
- Ducrot, Oswald (1988). *Polifonia Y Argumentación*. Universidade del Valle, Colombia: Cali.
- Ducrot, Oswald (1995). Les modificateurs déréalisants, *Journal of Pragmatics*, 24. London: Elsevier, pp. 145-165.
- Fonseca, Joaquim (1998). Elogio do sucesso: a força da palavra/o poder do discurso. In Joaquim Fonseca (org.). *A organização e o funcionamento dos discursos*, Tomo III. Porto: Porto Editora, pp. 9-78.
- Maingueneau, Dominique (1991). *L'Analyse du Discours*, Paris: Hachette.
- Maingueneau, Dominique et al. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Le Seuil.
- Roulet, Eddy et al. (2001). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Peter Lang.
- Tseronis, Assimakis (2011). From Connectives to Argumentative Markers: A Quest for Markers of Argumentative Moves and of Related Aspects of Argumentative Discourse. In *Argumentation*, ISSN: 0920-427x, [http://resolver.scholarsportal.info/resolve/0920427x/v25i0004/427\\_fctamaoroad](http://resolver.scholarsportal.info/resolve/0920427x/v25i0004/427_fctamaoroad).
- Van Dijk, Teun A. (1992). *La ciencia del texto*, 3ª edição. Barcelona: Ediciones Paidós.